

# A ESCOLA RURAL MATOGROSSENSE COMO OBJETO DE PESQUISA

Marineide de Oliveira da SILVA<sup>34</sup>

**Resumo:** Em Mato Grosso houve um aumento significativo das escolas rurais entre 1927 e 1945. Essas modalidades escolares funcionavam em condições precárias e seus objetivos educacionais, preconizados por Lei, não passavam da Instrução rudimentar. Dessa forma, busca-se pesquisar como as fontes documentais abordam e descrevem a escola mato-grossense, bem como suas contribuições na elucidação de acontecimentos inerentes a mesma como objeto de pesquisa. As análises de fontes documentais sinalizam para uma homogeneidade nas condições de funcionamento das escolas rurais mato-grossenses.

Palavras-chave: História da Educação. Fontes documentais. Escola rural

## LA ESCUELA RURAL MATOGROSSENSE COMO OBJETO INVESTIGACIÓN

**Resumen:** en Mato Grosso hubo un aumento significativo en las escuelas rurales entre 1927 y 1945. Estas modalidades académicas funcionaron en condiciones precarias y sus metas educativas, previstas por la Ley, que no han pasado la instrucción rudimentaria. Así, buscarse investigar cómo las fuentes documentales enfocan y describen la escuela en Mato Grosso, así como su contribución al esclarecimiento de acontecimiento inherentes a la misma como objeto de pesquisa. Los análisis de las fuentes documentales señalizan para la homogeneidad en las condiciones de funcionamiento de las escuelas rurales de Mato Grosso.

Palabras-clave: Historia de la Educación. Fuentes documentales. Escuela rural

### 1. Primeiras palavras

A escola rural se constitui em uma temática que vem ganhando ênfase nos programas de Pós-graduação de todo país. Independente da periodização pretende-se trazer as cenas históricas até então não narradas, atores, cotidianos e acontecimentos que contribuíram para a construção do sistema educacional brasileiro da atualidade, mas que não tiveram ainda o merecido destaque, por fazerem parte da história das fronteiras rurais do nosso Brasil. A educação no meio rural brasileiro no século XX, de acordo com Almeida (2005: 278) se constitui como uma “história esquecida [...] que envolve

---

<sup>34</sup> Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, professora Pesquisadora I do Instituto Federal de Mato Grosso – IFMT. Pesquisador no grupo História da Educação e Memória – GEM/IE/UFMT. E-mail: [mari.oliveirasil@gmail.com](mailto:mari.oliveirasil@gmail.com)

personagens anônimos, alunos e professores, que constituíram identidades particulares nas escolas afastadas das cidades”.

A História da Educação, segundo Queiroz e Corrêa (2011) oferece a possibilidade de dar visibilidade *ao não dito*, pois permite adentrar as particularidades institucionais, na busca de vestígios, que possibilitem a compreensão do cotidiano social em que homens e mulheres, em diferentes épocas, descrevem suas trajetórias de vida, a partir da produção e circulação de documentos.

Com intuito de contribuir para o estudo da temática em destaque e colocar em evidência a escola rural mato-grossense, o presente artigo tem como objetivo, descrever a experiência de pesquisa com a utilização de fontes documentais na elucidação de acontecimentos inerente a história da criação e expansão das escolas isoladas rurais, a partir da aprovação do Regulamento da Instrução Pública Primária de 1927 até a consolidação dos ideais escolanovista, no cenário educacional, em 1945.

## 2. Os primeiros momentos do percurso

Participar de um Grupo de pesquisa consolidado como GEM (Grupo de Pesquisa História da Educação e Memória – Universidade Federal de Mato Grosso/UFMT), possibilita visualizar horizontes ainda não traçados, pois a dinâmica de estudos e pesquisas realizadas no cotidiano do citado grupo, permite adentrar na história educacional do nosso país, em especial de mato Grosso, realizando um movimento dialético de ideias que transcendem fronteiras, espaços e tempos.

O GEM, ao longo de 20 anos de existência, participa e desenvolve inúmeros projetos voltados para as mais diferentes temáticas educacionais. A gama de estudos sobre instituições foi o fator decisivo para a escolha do objeto de estudo sobre a temática envolta da escola rural mato-grossense. Não havia, no âmbito do GEM, estudos que focassem a escola rural de Mato Grosso e suas necessidades, as quais foram aliadas ao interesse em contribuir com a história da educação do estado e assim constituir o objeto de estudo para a elaboração da dissertação de mestrado em educação, em andamento, cuja temática volta-se para a análise da criação e expansão das escolas isoladas rurais, no período de 1927 a 1945, a partir do desmembramento das escolas isoladas sancionado pelo Decreto nº 759 de 22 de abril de 1927.

Entre os projetos desenvolvidos pelo Grupo de Pesquisa História da Educação e Memória, o presente estudo insere-se no projeto intitulado “O ideário escolanovista em Mato Grosso: circulação de ideias e estratégias na educação (1920-1945)<sup>35</sup>”, e busca, no entanto, analisar as representações concorrentes em Mato Grosso sob o ideário da Escola Nova e com isso, perceber a influência das ideias escolanovista nos discursos e ações dos educadores e legisladores do Estado.

A periodização escolhida (1927 e 1945) abrange além da inserção do trabalho no citado projeto, o período de “criação” das modalidades escolares apregoadas no Regulamento da Instrução Pública de Mato Grosso (1927), coincidindo com a implantação das ideias da Escola Nova no estado, até a consolidação de tais ideias no cenário educacional.

O movimento da Escola Nova tinha como lema a luta por uma escola única e gratuita, devendo ser,

[...] acessível, em todos os seus graus, aos cidadãos a quem a estrutura social do país mantém em condições de inferioridade econômica para obter o máximo de desenvolvimento de acordo com as suas aptidões vitais. Chega-se, por esta forma, ao princípio da escola para todos, "escola comum ou única", que, tomado a rigor, só não ficará na contingência de sofrer quaisquer restrições, em países em que as reformas pedagógicas estão intimamente ligadas com a reconstrução fundamental das relações sociais (AZEVEDO et al, 1932: 05).

Paralelamente à discussão sobre uma escola única, acessível e gratuita para todos os cidadãos do Brasil, protagonizado pelo movimento escolanovista, surge também na década de 1920, o movimento dos ruralistas pedagógicos que buscavam uma escola adaptada às necessidades das áreas rurais. Esse movimento idealizava uma educação diferenciada, composta por instrumentos e técnicas agrícolas, e que tivesse como eixo norteador, a oferta de meios para que a população rural permanecesse no campo e que pudesse tirar de sua subsistência.

O Ruralismo Pedagógico difundiu a ideia de uma escola diferenciada das demais escolas (urbanas), fundada, metodologicamente e pedagogicamente, em tarefas práticas, que pudessem suprir as necessidades imediatas das populações do campo, desprovidas de recursos financeiros. O ruralismo constituiu-se em discurso ideológico bastante aceito e legitimado (PRADO, 1995). Os citados movimentos serviram como norte na delimitação temporal desta pesquisa.

---

<sup>35</sup> Projeto financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, coordenado pela Profa. Dra. Elizabeth Figueiredo de Sá.

A importância desse trabalho está em adentrar numa história, ainda pouco retratada pelos historiadores e historiadoras da educação, trazendo à tona a realidade da escola na zona rural, sua cultura, dificuldades de acesso e de educação nas primeiras décadas do século passado.

### 3. Fontes e Métodos de Pesquisa

A história, de acordo com Le Goff (2001, p.27), “só é feita recorrendo-se a uma multiplicidade de documentos e, por conseguinte, de técnicas: poucas ciências, creio, são obrigadas a usar, simultaneamente, tantas ferramentas dessemelhantes. É que os fatos humanos são, em relação aos outros, complexos”. Neste sentido, buscando compreender a teia social em torno da criação e expansão das escolas isoladas rurais, utiliza-se de diversas fontes documentais, como: Relatórios de Presidentes, Inspectores de Estado e Diretores da Instrução Pública, Mensagem de Presidente do Estado de Mato Grosso, legislações e censos, disponíveis nos principais acervos e arquivos de Mato Grosso: o Arquivo Público de Mato Grosso (APMT); o Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR) e o Arquivo da Casa Barão de Melgaço (ACBM).

A estratégia metodológica que fundamenta este trabalho parte de pressupostos de que toda operação historiográfica possui uma relação tênue entre um lugar, procedimentos de análise e a escrita. Assim, “toda pesquisa se articula com um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural” (CERTEAU, 1982: 68).

Esse fato, segundo Certeau implica em,

[...] um meio de elaboração que circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados, etc., pois., submetida a imposição, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É a função desde lugar que se instaura os métodos que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostos, se organizam. (CERTEAU, 1989: 68).

O primeiro passo delimitado por Certeau (1982: 74), “começa com o gesto de separar, de reunir documentos de transformar em ‘documentos’ certos objetos distribuídos de outra maneira. Esta nova distribuição cultural é o primeiro trabalho”.

De acordo com Vidal (2005: 279). A historiografia pauta-se também em uma prática ou um fazer científico que respeita condicionantes técnicos. A localização e

sistematização de fontes se constituem como apenas um dos aspectos identificados, mas é “a transformação de dados em acontecimentos históricos (fato), a principal tarefa do historiador”.

Segundo Faria Filho e Caldeira (2002: 03) “cada fonte tem uma maneira peculiar de tratar a Educação, dado o objetivo de cada uma delas e, levando em conta o momento histórico em que foram produzidas” e possibilitam estabelecer categorias de análises, capazes de desvendar as conjunturas (sociais, econômicas, políticas e culturais) nelas expressas.

Para Queiroz e Corrêa (2011) o “uso das fontes documentais nos estudos históricos educativos são motivadores em decorrência das expectativas geradas em torno de novos achados ou possibilidades de construção de novas interpretações do objeto”. Um exemplo que pode possibilitar múltiplas interpretações do objeto de pesquisa encontra-se nas análises das mensagens de presidentes do estado de Mato Grosso. Cada presidente estadual pertence a um grupo político, a qual ele o representa e defende seus interesses. Por isso, acredita-se que não existe uma verdade absoluta, as fontes trazem uma descrição, uma visão de mundo condicionado a diferentes fatores (econômicos, culturais, político, etc) que levam os presidentes, a defenderem ou não, determinados assuntos ou setores sociais.

Dessa forma, entende-se que “as fontes constituem-se em elementos que o pesquisador manipula para interpretar a realidade situada no tempo e no espaço, inserida num campo de contradições e disputas que fazem parte do conhecimento produzido” (QUEIROZ; CORRÊA, 2011: 03), como é o caso das mensagens de presidentes de estado e de diretores da Instrução pública estadual.

Araújo e Pinto (2011) realizaram um estudo sobre a escola primária e o ideário republicanista nas mensagens dos presidentes de estado, no período entre 1894 a 1922, e utilizaram como fonte para análises as mensagens, destacando a importância destas para a pesquisa científica. Tidas como a comunicação oficial entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo brasileiro, segundo os autores as mensagens são:

[...] resultantes do exercício da administração pública; são elas de iniciativa do primeiro – no caso, o Presidente de Estado enquanto representante máximo do Poder Executivo – e são enviadas anualmente ao Poder Legislativo; seu teor se expressa pelos diversos aspectos que envolvem a administração pública; dentre outros: agricultura, estrada de ferro, serviço público, finanças, indústria, hospitais, pecuária, economia, instituições bancárias, assistência social, magistratura, saúde pública, sistema carcerário, polícia, terra, imigração, eleições, pecuária, edificações urbanas etc. (ARAÚJO; PINTO, 2011: 02).

Entre os assuntos apontados pelos autores, pode ser acrescida no conteúdo das mensagens, uma seção sobre a instrução pública. Tais Mensagens trazem informações:

a) quanto aos níveis e especificidades: instrução primária, escolas normais, ensino secundário, ensino superior, ensino agrícola etc; b) quanto à localização: escola urbana, distrital, rural, colonial; c) quanto ao ordenamento político: pública, particular; d) quanto ao vínculo administrativo: escola estadual, municipal (ARAÚJO; PINTO, 2011: 03).

Apesar das dificuldades educacionais, entre estas as econômicas, os governantes de Mato Grosso faziam questão de apontar os avanços e a dedicação que estes destinavam a instrução pública no estado. As mensagens buscavam realizar uma avaliação geral da administração nos estados,

[...] sobre os andamentos administrativos do governo, sob a sua responsabilidade, e geralmente se constituem como relatório de governo, o que envolve descrições, justificativas, balanços, além de conclamações, apelos, avaliações, explicitação de objetivos e de anseios de ordem administrativa, bem como de projetos para o ano vindouro, ou mesmo de projetos para um futuro menos imediato (ARAÚJO; PINTO, 2011: 2).

No caso das escolas isoladas rurais, os relatos de presidente do estado de Mato Grosso, descritos nas mensagens, possibilitaram estabelecer um ponto de convergência narrados pelos dirigentes estaduais. Como o número de instituições educacionais isoladas rurais era muito grande, os governantes declaravam que seria inviável, economicamente para o estado, prover todas as escolas localizadas geograficamente, a mais de 3 km da capital, Cuiabá.

Por abordarem diversos assuntos, as mensagens podem ou não, se apresentarem em uma sequência numérica de páginas sobre determinado assunto. Portanto, cabe ao pesquisador ter o cuidado em verificar o documento na íntegra. As mensagens, até este

momento analisadas para pesquisa sobre a escola rural mato-grossense, possuíam as seguintes páginas destinadas à instrução pública:

Ano	Quantidade de páginas	Páginas destinadas à instrução pública
1926	09	51, 52, 53, 54, 58, 59, 81, 82, 83
1927	10	120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 137, 138,
1928	22	132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 154
1929	21	75, 76, 77, 78, 79, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101
1930	09	39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47
1937	10	13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22
<b>Total ..... 81 páginas selecionadas para análise de dados</b>		

Tabela n.º 01. Mensagens de Presidentes do Estado de Mato Grosso de 1926 e 1937. Fonte: MENSAGENS ENTRE 1926 e 1927, APMT.

Desta forma, as mensagens podem ser compreendidas, na conceituação de Araujo e Pinto (2011: 02), “como uma modalidade de discurso político, que está inerentemente implicado com o poder seja estadual ou federal, e mesmo municipal [...]”.

Outra fonte documental que pode elucidar fatos sobre a educação mato-grossense, encontra-se expressa na legislação educacional, como é o caso dos regulamentos da instrução pública. Durante o período republicano, Mato Grosso teve dois Regulamentos da Instrução Pública Primária, em 1910 e 1927, sendo o segundo imprescindível para este trabalho, já que neste regulamento a escola rural aparece como modalidade escolar.

Nesta fonte encontram-se diretrizes traçadas para o funcionamento das instituições escolares, abrangendo currículo, contrato, duração dos cursos, número de funcionários destinados a cada instituição educacional, concursos, material didático, métodos pedagógicos a serem utilizados na ministração das aulas, valores salariais do professorado e dos técnicos, modalidades e classificação das escolas segundo sua localização geográfica, enfim, todas as diretrizes educacionais colocadas em efetivação por lei no estado. Esse tipo de fonte possui a capacidade de indicar caminhos que levem o pesquisador a delimitar objetos de pesquisa relacionados com o estudo de instituições

escolares, leitura e escrita, cotidiano escolar, disciplina escolares, entre outras possibilidades de pesquisa.

Ao se falar em Relatórios da Instrução pública, talvez fique difícil visualizar a riqueza de informações contidas nesta fonte, por esse motivo, para melhor compreensão, buscou-se exemplificar algumas divisões e subdivisões contidas neste documento. O Regulamento de 1927 foi dividido em títulos, capítulos e seções.

O Título I refere-se a uma introdução geral do ensino e apresenta em quais categorias a educação mato-grossense abrangia em 1927. Neste período, o ensino primário, era constituído em duas (2) categorias: ensino primário e ensino secundário, sendo estes, ministrados em instituições públicas e particulares, sujeito a fiscalização dos órgãos governamentais (REGULAMENTO, 1927: 162).

O Título II, escolhido para ser exemplificado por se tratar de uma parte com várias subdivisões, trata das disposições referentes ao ensino primário. Ressaltando no Artigo 3º que essa categoria de ensino “é gratuito e obrigatório a todas as crianças normais, analfabetas, de 7 a 12 anos, que residirem até dois (2) quilômetros de escola pública” (REGULAMENTO, 1927: 163). Neste título possui vários capítulos e, abrange os seguintes assuntos:

CAPÍTULOS	ASSUNTO
Capítulo I	Das categorias das escolas primárias
Capítulo II	Da categoria de professores
Capítulo III	Do provimento das escolas primárias
Capítulo IV	Da organização técnica e material das escolas primárias
Capítulo V	Do professorado primário
Capítulo VI	Do pessoal administrativo das escolas primárias
Capítulo VII	Dos alunos
Capítulo VIII	Da direção, inspeção e fiscalização do ensino
Capítulo IX	Da assistência médico-escolar
Capítulo X	Das caixas escolares
Capítulo XI	Do escotismo

Quadro 01: Capítulos constituintes no Título II. Fonte: Regulamento da Instrução Pública de 1927.

Dos 11 capítulos, escolheu-se o capítulo I para exemplificar outras subdivisões constituintes do Título II. O capítulo I, distingue as categorias das escolas primárias existentes em Mato Grosso no período de implantação do Regulamento de 1927.



ressaltando que essas se dividem em 5 categorias: 1- Escolas Isoladas Rurais; 2- Escolas Isoladas urbanas; 3 - Escolas Isoladas Noturnas; 4- Escolas Reunidas e 5- Grupos Escolares. Este capítulo é constituído de seções, que abordam detalhadamente a problemática abordada no capítulo, ficando assim, divididas:

<b>Capítulo I</b>	
<b>Das categorias das escolas primárias</b>	
Seção I	Escolas isoladas rurais
Seção II	Escolas urbanas
Seção III	Cursos noturnos
Seção IV	Escolas reunidas
Seção V	Grupos Escolares

Quadro 02: Escolas Primárias. Fonte: Regulamento da Instrução Pública de 1927.

Semelhante ao regulamento da instrução pública, os dados quantitativos, expressos principalmente nos censos e nas Sinopses Estatísticas de Estado de Mato Grosso, são outro exemplo de fontes ricas em informações que, ao serem analisadas, podem indicar numericamente, a situação demográfica, econômica e cultural do estado. O documento encontra-se dividido em seções, cujos resultados gerais sobre a educação encontram-se na parte destinada a situação cultural mato-grossense.

Um exemplo a salutar é a Sinopse Estatística de Estado de Mato Grosso de 1942, que trás informações importantes sobre a educação mato-grossense. Este documento possibilita ao pesquisador, saber sobre: o aparelhamento escolar (biblioteca, equipamentos em geral, museus, gabinetes, laboratórios, oficinas, campos de demonstração agrícola); número de professores (divididos por sexo e por estabelecimento), número de alunos por instituição escolar; divisão escolar por sexo (escolas masculinas, femininas e mistas), modalidade de (pré-escolar e/ou jardim de infância, pré-primário, ensino elementar, ensino médio, ensino supletivo); a localização das escolas (urbano, distrital, rural); turno de funcionamento das escolas dividido por modalidade (matutino, vespertino e noturno); sobre os meios de manutenção, econômica, das escolas públicas e particulares de mato Grosso, entre outras informações relevantes para a pesquisa educacional.

Os relatórios de presidentes, diretores e inspetores da instrução pública e de interventores de Mato Grosso, retratam os feitos dos governantes no setor educacional do

estado, enfatizando melhoras, dificuldades administrativas e, muitas vezes, falta de apoio por parte do poder público federal.

Vale ressaltar que as fontes documentais transmitem uma visão de mundo, de uma determinada classe ou grupo social e não devem ser tomadas como uma verdade absoluta, por isso, entende-se que cabe ao pesquisador realizar o cruzamento de diferentes fontes, analisando semelhanças e contradições que podem elucidar seu objeto de pesquisa.

#### **4. Algumas características da escola isolada rural em Mato Grosso**

De acordo com Costa (1927: 01) as unidades escolares rurais, eram consideradas com tal, quando se localizadas a até 3 km da sede do município e devem ter como finalidade “ministrar a instrução primária rudimentar; seu curso é de dois anos e o programa constará de leitura, escrita, as quatro operações sobre números inteiros, noções de História Pátria, geografia do Brasil e especialmente de Mato Grosso e noções de Higiene”.

A criação de escolas isoladas rurais deveria seguir critérios, um deles é a disponibilidade de prédios que se adaptasse facilmente às necessidades escolares e que tivessem residindo na localidade, uma média de 30 (trinta) crianças em idade escolar.

Os prédios, segundo o Regulamento (1927) deveriam ainda preencher, quanto possível, as seguintes condições: capacidade para abrigar o mínimo de alunos exigido por Lei (esse número nas escolas rurais eram de 30 alunos), situação em relação ao solo e à vizinhança, favoráveis a criação de instituições educacionais; deveriam possuir ventilação, iluminação e instalações sanitárias condizentes a um estabelecimento de ensino.

As instalações escolares seriam inspecionadas regularmente, ficando a cargo do inspetor médico a decisão de condenar o mesmo, se julgassem impróprios ou nocivos à saúde dos alunos, “em tais casos, a escola será transferida, suprimida ou temporariamente fechada, para se proceder aos reparos julgados necessários” (REGULAMENTO, 1927: 177). Talvez seja por isso, que o Regulamento previa instabilidade no funcionamento de uma escola nas áreas isoladas.

Quando o prédio escolar apresentasse risco para as crianças, ficaria a critério do governo, transferir “dentro do município, num raio de 8 quilômetros, em qualquer tempo e quando a conveniência do ensino a aconselhar”, a escola de uma localidade para outra. A “criação ou supressão de escola rural se fará em qualquer tempo; mas o primeiro

provimento só se dará nos cinco primeiros meses letivos do ano” (REGULAMENTO, 1927: 164).

Não só a falta de prédios adaptáveis a vida escolar seriam motivos para fechamento de uma escola na área rural, outros fatores como diminuição da população escolar, frequência média mensal de alunos inferior a 15 estudantes, contribuiriam para a decisão de manter ou não uma instituição escolar rural.

Outro fator importante a ser destacado, diz respeito ao provimento de professores efetivos para ministrarem aulas nas escolas rurais. As instituições escolares rurais teriam professores efetivos somente “depois de um ano de funcionamento com provimento interino, verificando-se que o número de crianças existentes no raio escolar é suficiente para alimentar a frequência legal da escola” (REGULAMENTO, 1927: 164).

A escola rural em Mato Grosso, no período delimitado para este trabalho (1927-1945), apresenta um crescimento significativo em todo estado. Foram criadas dezenas de escolas rurais, espalhadas pelas divisas geográficas mato-grossenses, com ênfase no ano de 1941, em que por meio de um decreto, os políticos/dirigentes, criaram 100 escolas rurais.

As fontes documentais sinalizam para uma homogeneidade nas condições de funcionamento das escolas rurais mato-grossenses. Estes estabelecimentos eram unidocentes e multisseriados, funcionavam em condições extremamente precárias para desempenho do trabalho docente, os profissionais da educação que se aventuravam ou, em alguns casos, eram obrigados a lecionarem nas áreas rurais, enfrentavam diversos problemas, como: baixos salários e alojamentos insalubres, até instabilidade no emprego.

## **5. Considerações finais**

A busca de fontes é de suma importância para se traçar os caminhos a serem percorridos na pesquisa, pois elas possibilitam que trazer à tona, temas sociais envoltos das temáticas, neste caso, do processo de criação e expansão das escolas rurais em Mato Grosso. Discutir as fontes documentais como elemento norteador na investigação sobre a escola rural pode propiciar reflexões sistematizadas de como o conjunto de documentos, ao serem analisados revelam particularidades de um tempo não vivido pelo pesquisador, mas que pode ser apreendido com requinte de detalhes. Foi possível ainda, estabelecer

conexões entre diversos tipos de documentos e perceber semelhanças e contradições formadas nas tessituras sociais entre 1927 e 1945.

### Obras citadas

ALMEIDA, D. B. A educação rural como processo civilizador. *In: Histórias e Memórias da educação no Brasil*. Volume III, séc. XX. Petrópolis: RJ: Vozes, 2005.

ARAÚJO, J. C. S.; PINTO, RUBIA-MAR NUNES. A escola primária e o ideário republicanista nas mensagens dos presidentes de estado: investigações comparadas de 1894 a 1922. *In: VI Congresso Brasileiro de História da Educação: invenção, tradição e escrita da história da educação no Brasil*. Vitória/ES: UFES/SBHE, 2011.

AZEVEDO, F. (Org.). **A reconstrução educacional no Brasil: ao povo e ao governo. Manifesto dos pioneiros da educação nova**. São Paulo: Nacional, 1932.

CERTEAU, M. de. **A Escrita da história/Michel de Certeau**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

COSTA, M. C. **Mensagem do presidente do Estado á Assembléia Legislativa de Mato Grosso**, 1927. Arquivo Público de Mato Grosso – APMT.

\_\_\_\_\_. **Regulamento da Instrução Pública de Mato Grosso**, 1927. Arquivo Público de Mato Grosso – APMT.

FARIA FILHO, L. M.; CALDEIRA, S. M. Escolarização em Minas Gerais na perspectiva das estatísticas oficiais (1889-1940). **II Congresso Brasileiro de História da Educação, Natal**, 2002. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema6/0657.pdf>>. Consulta em 27 de dez. de 2011.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2001.

MATO GROSSO. **Sinopse estatística do estado de Mato Grosso**. Serviço gráfico do I.B.O.E, n4, Rio de Janeiro, 1942.

PRADO, A. A. **Ruralismo pedagógico no Brasil do Estado Novo**. 1995. Disponível em:<<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/quatro/adonia4.htm>>. Consulta em 19 de dez. de 2011.

QUEIROZ, L. M. G; CORRÊA, P. S. de A. As Fontes Documentais: o entrelaçamento dos vestígios na produção da história educativa. **V Congresso de Ensino e Pesquisa de História da Educação em Minas Gerais** – Universidade Federal de Viçosa – MG, 2011. Disponível em: <[http://www.congressods.com.br/vcopehe/images/trabalhos/1.fontes\\_categorias\\_e\\_metod](http://www.congressods.com.br/vcopehe/images/trabalhos/1.fontes_categorias_e_metod)

[os\\_de\\_pesquisa\\_em\\_historia\\_da\\_educacao/8.Luiz%20Miguel%20Galvao%20Queiroz.pdf](#)  
>. Consulta em 07 de jan. de 2012.

SÁ, E. F. de. **De criança a aluno: as representações da escolarização da infantil em Mato Grosso (1910 – 1927)** – Cuiabá: EdUFMT, 2007.

SÁ, N. P; SÁ, E. F. de. **Revisitando a história de escola primária: os grupos escolares em Mato Grosso na Primeira República.** Cuiabá: EdUFMT, 2011.

VIDAL, D. G. Michel de Certeau e a difícil arte de fazer história das práticas. In: Luciano Mendes de Faria Filho. (Org.). **Pensadores Sociais e a História da Educação.** Belo Horizonte: Autêntica Editora Ltda., 2009, v.5, p. 265-292.

